



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

MOÇÃO Nº 39, DE 2021

Recebido em 30/07/21

Jan. Bezzon

Protocolo

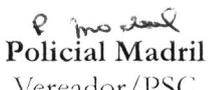
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel,

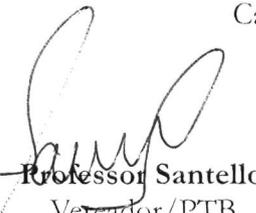
A Câmara Municipal de Cascavel, por meio de seus representantes legais, subscritores da presente proposição legislativa, nos termos que regem o art. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis, hipoteca, MOÇÃO DE REPÚDIO ao Governo do Estado do Paraná que pelo sétimo ano consecutivo não prevê a reposição salarial dos servidores na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Dê-se ciência desta Moção encaminhando-a ao Exmo. Senhor Guto Silva, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, e ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Exmo. Senhor Ademar Traiano.

É a Moção. Sala das Sessões.
Cascavel, 12 de julho de 2021.


Professora Liliam
Vereadora/PT


Policial Madril
Vereador/PSC


Professor Santello
Vereador/PTB


Soldado Jeferson
Vereador/PV

Exposição de Motivos

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022 do Governo do Paraná, aprovado pela Assembleia Legislativa, representa uma afronta aos servidores públicos do Estado, pois além de não prever recursos para pagamento da data base do funcionalismo (reajuste pela inflação dos salários) mantém a suspensão das promoções e progressões para o próximo ano.

Ademais, ao passo que a LDO propõe um aumento das isenções fiscais, dos atuais 12 bilhões de reais para 17 bilhões de reais, beneficiando o empresariado, pune todo o funcionalismo público, onde servidores estão perdendo poder aquisitivo ano a ano, prejudicando a economia em todos os municípios do Paraná, uma vez que essa recomposição salarial além de garantir uma melhor qualidade de vida ao servidor faz a economia girar.

Cabe lembrar que, em 2019, o governo propôs reajuste de 5,08%, parcelado em três vezes. Em janeiro de 2020 foram pagos 2%. Outras duas parcelas de 1,5% estavam previstas para serem pagas em janeiro de 2021 e janeiro de 2022, mas foram suspensas após a determinação do governador.

De acordo com o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Paraná (FES/PR), ao contrário do que o governo previu em 2020, ao invés de um déficit de R\$ 3,5 bilhões, o Estado fechou o ano passado com um superávit de R\$ 5,8 bilhões. O mesmo deve acontecer em 2021 e no ano que vem.

